



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681098 - MG (2021/0224807-2)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : ROBERTO MENDES COSTA  
**ADVOGADO** : ROBERTO MENDES COSTA - MG137044  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : NATALIA APARECIDA OLIVEIRA FIGUEIREDO  
**CORRÉU** : PEDRO AUGUSTO LUCIANO ALVES  
**CORRÉU** : MICHAEL CARLOS DIAS FERRARI  
**CORRÉU** : BRENDA CAROLINE DE ASSIS RUAS  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de NATALIA APARECIDA OLIVEIRA FIGUEIREDO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Agravos em Execução Penal n. 1.0079.10.047133-7/005 ).

A paciente foi impedida de adentrar na unidade prisional para realizar visitas ao seu marido, ao argumento de que ela possui registro no sistema prisional.

O impetrante sustenta a ausência de previsão legal que restrinja o acesso na unidade prisional àquele que foi processado criminalmente, sendo posteriormente absolvido por sentença transitada em julgado.

Requer, liminarmente e no mérito, seja garantido o direito da paciente de realizar visitas ao cônjuge na Unidade Prisional.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente